

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E CAPACITAÇÃO DIGITAL COMO ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PROMOÇÃO DA AUTONOMIA NAS PERIFERIAS

Maria Sílvia Ferreira Alves de Oliveira¹

Resumo: Este trabalho apresenta e analisa uma intervenção educativa voltada a mulheres em situação de vulnerabilidade social residentes em periferias urbanas, articulando educação midiática, cidadania digital e capacitação tecnológica como estratégias para a prevenção da violência de gênero e promoção da autonomia feminina. A ação ocorreu no contexto da educação popular não formal, por meio de oficinas e rodas de conversa, com mulheres de 20 a 65 anos participantes de um curso de empreendedorismo. Partindo de uma abordagem interseccional, o projeto compreende a violência de gênero como um fenômeno multifacetado, que inclui exclusão digital e desinformação. Os resultados apontam avanços na apropriação de ferramentas digitais, no pensamento crítico e na criação de redes de apoio. A intervenção demonstra que o acesso à informação qualificada e a apropriação das tecnologias podem contribuir para a interrupção de ciclos de opressão, fortalecendo o protagonismo das mulheres periféricas.

Palavras-chave: Educação Midiática; Cidadania Digital; Violência de Gênero; Autonomia Feminina; Periferias Urbanas.

1. Introdução

A violência de gênero nas periferias brasileiras é um fenômeno estrutural, que ultrapassa a dimensão física e inclui práticas de silenciamento, exclusão social, invisibilização e disseminação de desinformação. Segundo a ONU Mulheres (2020), essa violência é perpetuada por desigualdades históricas de gênero, raça e classe, e se manifesta de forma ainda mais severa em contextos marcados pela pobreza e pela falta de acesso a direitos básicos.

O avanço da tecnologia trouxe novas formas de inclusão, mas também novos riscos. A exclusão digital aprofunda desigualdades e impede que mulheres em situação de vulnerabilidade tenham acesso a informações qualificadas, oportunidades de trabalho e canais de denúncia. De acordo com dados da TIC Domicílios (CETIC.br, 2022), 28% das mulheres de áreas urbanas periféricas têm acesso restrito à internet, muitas vezes limitado a pacotes de dados móveis e

¹ Educadora Social, pós-graduanda em Direitos Humanos das Mulheres – Faculdade Novoeste, mariasilviaoliveirabr@gmail.com.

dispositivos compartilhados.

A educação midiática e a cidadania digital surgem, nesse cenário, como ferramentas de empoderamento e prevenção da violência, pois permitem que as mulheres compreendam e utilizem as mídias para se informar, se expressar, se proteger e criar redes de apoio. Inspirada na pedagogia freireana (FREIRE, 1987) e nas reflexões de bell hooks (2017) sobre a educação como prática de liberdade, a intervenção aqui descrita propôs-se a articular saberes locais e conhecimentos tecnológicos, com foco no fortalecimento do protagonismo feminino.

O objetivo geral deste trabalho foi fortalecer a autonomia e o protagonismo das mulheres periféricas por meio do desenvolvimento de competências digitais e midiáticas, fomentando a consciência crítica sobre desigualdades de gênero, raça e classe e criando espaços seguros de troca e acolhimento.

2. Metodologia

A metodologia adotada foi a da educação popular freireana, fundamentada no diálogo como prática libertadora e horizontal, conforme Paulo Freire (1987). O diálogo é central para a construção coletiva do conhecimento, permitindo que as mulheres expressem suas vivências, questionem suas realidades e construam saberes em conjunto.

A ação foi realizada com mulheres artesãs empreendedoras das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, que participaram de oficinas no contexto de um curso de empreendedorismo. Para garantir a participação ativa e a escuta plural, as atividades foram organizadas em grupos menores, distribuídos em salas simultâneas para diálogos em grupos, seguidos de debates e sínteses realizados na sala principal virtual.

Essa dinâmica favoreceu o acolhimento das múltiplas vozes, a troca de experiências regionais e a criação de redes de apoio, respeitando as diferenças territoriais e culturais.

Nas oficinas, foram trabalhados:

- Capacitação em cidadania digital, com foco na segurança online e uso de redes

sociais para negócios;

- Diálogos sobre direitos das mulheres, prevenção da violência de gênero e combate à desinformação;
- Atividades práticas para a produção de conteúdos midiáticos expressivos;
- Estímulo à reflexão crítica sobre os contextos sociais e digitais que atravessam suas vidas.

A abordagem interseccional (CRENSHAW, 2016) considerou as especificidades de gênero, raça, classe e território das participantes. Os instrumentos qualitativos usados incluíram observação participante, anotações de campo, registros audiovisuais e relatos orais coletados durante os diálogos e debates.

3. Desenvolvimento

3.1 Violência de gênero e exclusão digital nas periferias

A violência de gênero não se limita a agressões físicas; abrange também exclusão econômica, cerceamento da participação política e negação do acesso a recursos informacionais (ONU MULHERES, 2020). Nas periferias, a vulnerabilidade é potencializada pela falta de políticas públicas e pela baixa oferta de oportunidades de formação digital.

O fenômeno da violência digital de gênero — que inclui cyberstalking, disseminação de conteúdo íntimo sem consentimento e ataques misóginos — reforça a necessidade de preparar mulheres para lidar com riscos e proteger seus dados. A exclusão digital, portanto, não é apenas tecnológica, mas também social e política.

3.2 Educação midiática e cidadania digital como ferramentas de emancipação

A UNESCO (2013) define educação midiática e informacional como o conjunto de competências que permite aos cidadãos acessar, avaliar criticamente e criar conteúdos midiáticos. No caso das mulheres periféricas, tais competências contribuem para: reconhecer notícias falsas e conteúdos enganosos; utilizar mídias

digitais para divulgar produtos e serviços; acessar canais de denúncia e informação sobre direitos; criar narrativas próprias, rompendo estereótipos.

Essa perspectiva vai ao encontro das ideias de bell hooks (2017), que defende a educação como prática de liberdade, capaz de romper estruturas opressoras.

3.3 A experiência da intervenção

As oficinas foram planejadas para unir teoria e prática. Em um dos encontros, trabalhou-se o tema “Fake News e violência de gênero”, mostrando como boatos e informações distorcidas podem ser usados para deslegitimar a fala de mulheres.

Relato: “Antes eu acreditava em tudo que via no WhatsApp. Agora aprendi a pesquisar e ver se é verdade.” (Participante, 2024)

Outro momento marcante foi quando uma participante criou, pela primeira vez, um perfil comercial no Instagram: “Eu achei que era impossível para mim. Hoje já consigo postar e conversar com meus clientes.” (Participante, 2024)

3.4 Resultados e impactos observados

Os resultados demonstraram avanços significativos: aumento da autonomia no uso de redes sociais e aplicativos; maior capacidade de identificar notícias falsas; criação de grupos autônomos de apoio entre as mulheres; ampliação das estratégias de divulgação de produtos e serviços; fortalecimento da autoestima e da presença digital.

A experiência confirmou que educação midiática e capacitação digital podem interromper ciclos de violência ao ampliar o acesso à informação, fortalecer redes de apoio e permitir que as mulheres se posicionem publicamente.

4. Considerações finais

Este trabalho demonstrou que a educação midiática e a cidadania digital, articuladas à educação popular, são ferramentas potentes para prevenir a violência

de gênero e promover a autonomia das mulheres periféricas. Ao unir teoria crítica, prática tecnológica e espaços de escuta, foi possível fortalecer mulheres artesãs empreendedoras das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste como protagonistas de suas próprias histórias e agentes de transformação social.

A intervenção mostrou que o acesso qualificado às tecnologias e o desenvolvimento do pensamento crítico permitem não apenas o enfrentamento imediato de situações de violência, mas também a construção de trajetórias sustentáveis de empoderamento. Além disso, a criação de redes colaborativas entre as participantes potencializou o apoio mútuo e a resistência coletiva, essenciais para romper os ciclos de opressão que atravessam as periferias brasileiras.

Entretanto, para que esses avanços sejam duradouros e ampliados, é fundamental o fortalecimento de políticas públicas que garantam o acesso universal à internet de qualidade, a oferta contínua de programas de capacitação digital e midiática, e a inclusão dessas temáticas nos currículos escolares e comunitários. A educação midiática deve ser vista como um direito fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Por fim, este estudo reforça a importância da escuta ativa e do diálogo horizontal na educação, conforme propõe Paulo Freire, como caminhos para a promoção da liberdade e da autonomia. A continuidade de ações integradas, com participação ativa das mulheres periféricas na formulação e execução de políticas e programas, é imprescindível para transformar realidades e garantir direitos.

5. Referências

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Comitê Interamericano de Direitos Humanos: *Discriminación interseccional*. Washington: CIDH, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

ONU MULHERES. *Prevenção da violência contra as mulheres e meninas: políticas e práticas*. Brasília: ONU Mulheres Brasil, 2020.

SAFERNET BRASIL. *Cidadania Digital: boas práticas para educação, segurança e ética na internet*. São Paulo: Safernet, 2023.

UNESCO. *Educação Midiática e Informacional: currículo para professores*. Paris: UNESCO, 2013.